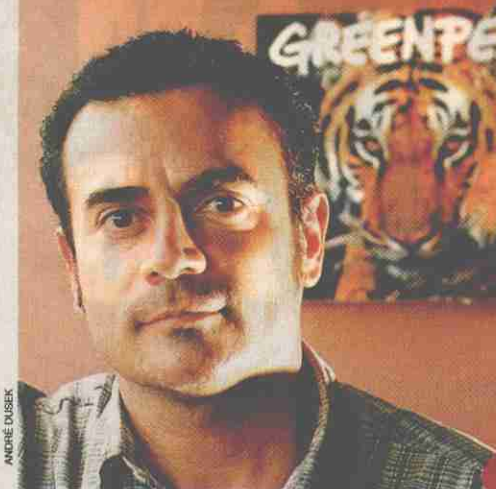


INSTITUTO  
 SOCIOAMBIENTAL  
 Documentação  
 Fonte: Isto É  
 Data: 23/5/2001 p. 34-36  
 Class.: 123

CIÊNCIA & TECNOLOGIA



ANDRÉ DUSEK

O AMBIENTALISTA Flávio Montiel, do Greenpeace, diz que estatísticas mostram o descontrole do governo



JOSÉ PAULO LACERDAVE

O RURALISTA Deputado Moacir Micheletto luta por carta branca para que agricultores ampliem destruição

EDUARDO HOLLANDA

**E**les são adversários quase o tempo todo. Mas o aparecimento de um inimigo comum fez com que o governo, através do Ministério do Meio Ambiente, e centenas de organizações não-governamentais (ONGs) da área ambiental formassem uma poderosa aliança para impedir que o Código Florestal brasileiro seja mudado, como pretende o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR). Relator do projeto de conversão da Medida Provisória

2.080 (Código Florestal), o deputado paranaense pretende ampliar de 20% para 50% a área de desmatamento (corte raso) da Floresta Amazônica. Integrante da bancada ruralista, Micheletto pretende beneficiar pecuaristas e agricultores, que ganhariam uma espécie de carta branca para devastar mais. Esta será a segunda batalha envolvendo o Código Florestal. No ano passado, Micheletto conseguiu aprovar na comissão mista, dominada pelos ruralistas, um texto no qual diminuía de 80% para 50% a área de reserva legal a ser preservada. A pressão das ONGs, do governo e da sociedade conseguiu que o texto aprovado pelo Con-

selho Nacional do Meio Ambiente (Conama) fosse transformado em nova medida provisória no final do ano, deixando enalçado o projeto dos ruralistas.

Micheletto voltou à carga este ano. Fez algumas mudanças no projeto, introduziu uma espécie de prêmio financeiro a quem mantivesse intocada a mata da reserva legal e defendeu a realização de zoneamento ecológico para os Estados da Amazônia. Mas manteve as motosserras de prontidão, ao estabelecer que, enquanto o zoneamento não fosse feito, a área passível de ser totalmente desmatada seria a metade de cada propriedade. "A Amazônia tem nada me-

DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA CRESCER 15% E UNE GOVERNO A ORGA

MEIO AMBIENTE

ALIANÇA

## Os vilões da motosserra

Mato Grosso, Pará e Rondônia derrubaram 83% das árvores



A área total devastada na Amazônia até hoje é de 589.101 km<sup>2</sup>

nos que 162 mil km<sup>2</sup> de área desmatada, que foi transformada em pasto e hoje está abandonada. É o equivalente ao Ceará e Alagoas juntos e suficiente para a expansão da agricultura e da pecuária, sem que mais áreas da floresta sejam destruídas”, alerta o diretor do Fundo Mundial para a Natureza (WWF) no Brasil, Garo Batmanian. O WWF, juntamente com o Instituto Socioambiental (ISA) e o Greenpeace, forma a linha de frente da coordenação das ONGs. Até quarta-feira 16, nada menos que 252 organizações não-governamentais já faziam parte da aliança em defesa da Amazônia. Um aspecto destacado pelos am-

bientistas é que a obrigatoriedade de manter-se 80% da floresta como reserva legal não significa que a mata ficará intocada. O que não se pode fazer é o corte raso, para transformação em pastagens ou plantações de soja. O manejo florestal, em que o corte de árvores selecionadas é feito em uma área por ano, e a extração da borracha ou de frutos silvestres são até estimuladas pelo governo e pelas ONGs.

**Recorde** – A guerra contra a mudança do Código Florestal ganhou reforço na segunda-feira 14, quando a secretária de Coordenação da Amazônia, Mary Ale-

gretti, anunciou os dados do levantamento anual feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) com base em fotos tiradas por satélites. Pela projeção do Inpe, o desmatamento em 2000 chegou a 19.832 km<sup>2</sup>, crescimento de 14,9% em relação ao ano anterior. Em 1999, o aumento foi de 13,9% em relação a 1998. Desde 1988, quando o Inpe iniciou seu levantamento anual, a área desmatada só superou a projeção do ano passado em outras duas ocasiões: em 1988, quando foram derrubados 21.130 km<sup>2</sup> e em 1995, quando o boom econômico do Pla-

CRISTINA VILARES

## NINIZACOES NAO-GOVERNAMENTAIS NO MESMO CAMPO DE BATALHA

# VERDE

## APOCALIPSE AGORA

Entre os ambientalistas brasileiros circula uma blague segundo a qual a Amazônia resistirá intacta ao governo FHC por um único motivo: os projetos desenvolvimentistas previstos para a região não devem deixar o papel tão cedo. Caso contrário, se fossem tocadas adiante as obras incluídas no programa Avança Brasil, em 20 anos estaria praticamente extinto o tapete verde que cobre nove Estados do País. Essa foi a conclusão de um estudo publicado em janeiro deste ano pela revista científica americana *Science*, que foi duramente criticado – e desmentido – pelos assessores do presidente Fernando Henrique.

Um dos autores da pesquisa, o americano William Laurance, que

tem residência fixa em Manaus, apontava vários cenários para a destruição da mata. Laurance levou em conta uma taxa média de devastação anual ao redor dos dois milhões de hectares. Em qualquer dos cenários analisados, o resultado era igualmente devastador. Nos últimos três anos de governo FHC, a ação da motosserra destruiu mais de 1,7 milhão de hectares de mato por ano. Em 2000, a situação se agravou e o índice chegou a 1,98 milhão de hectares. Ou seja, se o ritmo da devastação promovido pelo avanço do plantio de grãos, da ação das madeireiras, da criação de gado e dos assentamentos agrários continuar exatamente como está hoje, o destino da Amazônia é trágico.

Como se fosse possível piorar o qua-

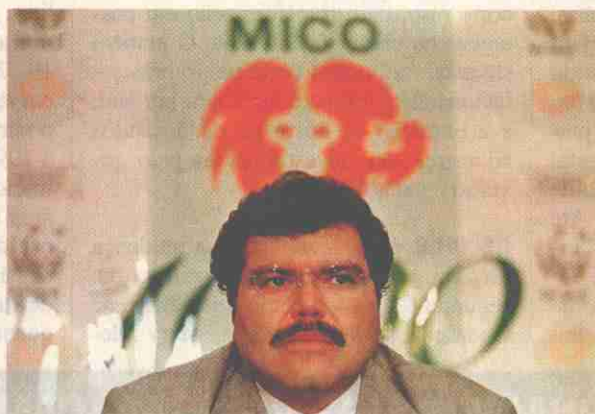
dro, em tempos de racionamento, o ministro do Apagão, Pedro Parente, já sinalizou que a construção de usinas para gerar energia é prioridade máxima e, portanto, seus impactos sobre o meio ambiente agora ganham importância secundária. Na semana passada, depois da divulgação dos números apocalípticos sobre a Amazônia, o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) traçou o roteiro da catástrofe: caso sejam mantidas as médias anuais de desmatamento, em menos de dez anos uma área de floresta equivalente ao Estado do Acre vai virar cinzas. Aos brasileiros, resta torcer pelo adiamento eterno da construção da estrada BR-319, em Porto Velho, e da hidrovía Araguaia-Tocantins, para ficar em dois exemplos apenas.

DARLENE MENCONI

no Real levou à devastação de 29.059 km<sup>2</sup> de florestas. Assustado, em 1996 o governo mudou o Código Florestal e estabeleceu em 20% da área verde o limite máximo de desmatamento permitido. É esta proporção que o projeto dos ruralistas tenta mudar. No acumulado até 2000, a área totalmente devastada chega a 589.101 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 14,4% dos 4,1 milhões de km<sup>2</sup> de floresta original. Três Estados – Pará, Mato Grosso e Rondônia –

responderam por 83% do desmatamento. A situação é particularmente grave em 43 municípios desses Estados, onde qualquer autorização para derrubar árvores só será dada depois de provado que as terras devastadas foram utilizadas. O controle será feito mensalmente por intermédio de fotos de satélite.

“Já esperávamos algum acréscimo por causa do aumento da demanda e do crescimento econômico, mas esses 15% são um perigoso indicativo de que o governo ainda não está conseguindo controlar o desmatamento”, afirma Flávio Montiel, coordenador



O MINISTRO Sarney Filho critica derrubada da mata

político do Greenpeace. O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, fala no mesmo tom dos ambientalistas mais combativos. “Os dados do Inpe mostram que não podemos baixar a guarda e o Código Florestal tem que ficar como está”, diz o ministro. Na verdade, a aliança do governo com as ONGs parece ser o começo de uma parceria mais longa. Um dos problemas detectados pelo Inpe em 1999, e que se repetiu em 2000, foi o aumento das clareiras em pequenas propriedades. Segundo o Inpe, nada menos que 54% da área desmatada nos últimos dois anos ocorreu em propriedades com menos de 100 hectares.

O Ministério do Meio Ambiente trava ainda duas batalhas internas contra adversários poderosos. Com o Ministério do Planejamento, a luta é para que se façam estudos de impacto ambiental das obras previstas no Avança Brasil. “Quando o asfalto chega, a tendência é aumentar os desmatamentos. O Acre está conseguindo reverter isso ao destinar a área ao longo das rodovias apenas para atividades tradicionais da mata”, explica

Mary Alegretti. A outra briga de Zequinha Sarney, dessa vez contra o Ministério da Fazenda, diz respeito ao financiamento. Em vez de dar dinheiro para a agricultura e a pecuária, os bancos oficiais passariam a financiar projetos de manejo sustentado da floresta, ajudando a preservá-la. “A saída é mostrar a todos que a floresta é mais produtiva em pé, e não virando pastagens que, poucos anos depois, são abandonadas”, afirma o carioca Fernando Gabeira, solitário representante do Partido Verde no Congresso.